

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Considerando que a Windplus, S.A. requereu a utilização privativa do espaço marítimo nacional para a instalação de uma central eólica para a produção de energia elétrica, denominada Central Eólica *Offshore Windfloat Atlantic*, ao largo de Viana do Castelo.

Considerando que a instalação da Central Eólica *Offshore Windfloat Atlantic*, ao largo de Viana do Castelo, é um empreendimento de grande interesse para a região e para o país.

Considerando que a localização de um projeto desta complexidade irá provocar alguns “efeitos colaterais” às comunidades piscatórias locais.

Considerando que esses “efeitos colaterais” poderão comprometer a sustentabilidade económica e social das empresas que desenvolvem a sua atividade na área de implantação do projeto.

Considerando que a EDP Renováveis e o Governo estão em negociações para uma eventual indemnização a cerca de 16 armadores, que habitualmente utilizam as zonas de pesca por onde vai passar o cabo de energia da central eólica.

Entretanto, tivemos conhecimento que a Associação de Pescadores Profissionais do Rio Minho e Mar não foi chamada à mesa das negociações e por isso, manifesta “a sua elevada preocupação por não estarem a ser acautelados os interesses das comunidades piscatórias de Caminha e Vila Praia de Âncora”, uma vez que “todas as embarcações de pesca local licenciadas entre Caminha e Viana do Castelo serão afetadas na sua atividade por este projeto”.

Estes pescadores serão fortemente discriminados, por um lado não são indemnizados, por também não poderem exercer a atividade no local de implantação da central eólica, por outro lado, no futuro, terão as zonas que mais utilizam, neste momento, sobrecarregadas com os pescadores que operavam na zona de implantação da central eólica.

Assim, face ao descrito vêm os deputados abaixo assinados, através de Vossa Excelência e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, perguntar à **Senhora Ministra do Mar** a seguinte informação:

1. Está o Ministério do Mar disponível para resolver esta situação, acautelando os interesses das comunidades piscatórias de Caminha e Vila Praia de Âncora que operam nessa zona, dos prejuízos causados pela implantação da Central Eólica *Offshore Windfloat Atlantic*?

Palácio de São Bento, 27 de junho de 2019

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL CARPINTEIRA(PS)

SANDRA PONTEDEIRA(PS)